



O CÍRCULO VICIOSO DA CRISE AGRÁRIA EM MOÇAMBIQUE

João Mosca

Não existem dúvidas que a agricultura, nas últimas décadas, não registou um desenvolvimento estável económica, social e ambiental. As produções de muitos bens essenciais evoluíram positivamente (milho, mandioca, avicultura, efectivos bovinos, tabaco, algodão e hortícolas); outras produções regrediram (arroz, feijões – excepto o bóer), amendoim, citrinos para exportação, chá, copra, sisal, suinicultura).¹ A área florestal reduziu-se;² igualmente a fauna bravia e, em particular, as espécies que, para além da carne, geram negócio/tráficos de marfim, peles, etc. Cerca de 50% das áreas irrigadas estão operacionais. A área média das pequenas explorações diminuiu e o número de pequenos produtores aumentou em número e como percentagem do total de produtores, devido ao crescimento demográfico e à não criação de emprego pelo conjunto da economia. A produção por habitante diminuiu em muitos bens alimentares essenciais e o rendimento médio das famílias diminuiu³. Existiram projectos, sobretudo agrícolas e mineiros, que provocaram instabilidade e conflitos sociais. Os choques climáticos aumentaram em intensidade e frequência.

As políticas públicas revelaram-se instáveis e erráticas, com resultados de programas e planos de desenvolvimento sem uma concepção e filosofia de desenvolvimento a longo prazo e fortemente dependentes de recursos externos, também estes instáveis, erráticos e de curto prazo. Sucederam-se programas e projectos, alguns sem início de actividade, outros adiados/interrompidos e outros ainda cancelados (ProAGRI I e II, Revolução Verde no âmbito da Revolução Verde Africana, Jatrofa, ProSAVANA, Portucel, entre outros). O orçamento do Estado destinou ao sector agrário, durante muitos anos, cerca de 4% do total dos gastos públicos; a balança comercial alimentar e agrária é sistematicamente e cada vez mais negativa. O crédito ao sector agrário baixou, em relação ao total do crédito à economia, de 17,9% em 2001 para menos de 4% nos últimos seis anos. A insegurança alimentar e a desnutrição crónica não têm recuado de forma significativa⁴; a

¹ Sobre a evolução das produções, áreas trabalhadas e produtividades por hectare dos principais bens agrícolas, veja *Agricultura: assim, não é possível reduzir a pobreza em Moçambique*, de João Mosca e Yara Nova (2019). Observador Rural Nº 80. OMR. Maputo.

² Entre 2001 e 2016, mais de 2,97 milhões de hectares de floresta. Mélica Chandamela (2021). *A cobertura florestal em Moçambique*. Observador Rural Nº 117. OMR. Maputo.

³ Idem pé de página 1.

⁴ “Moçambique é um dos países mais pobres do mundo, com cerca de 46% da população vivendo abaixo da linha da pobreza, que é predominantemente rural, abrangendo cerca de 50% da população, em

industrialização de bens nacionais diminuiu, sobretudo a alimentar (farinhas, óleos, tabaco, têxteis, vegetais) quase que desapareceu surgindo, em sua substituição a indústria de empacotamento nas cidades junto aos portos por onde entram os bens importados (bebidas alcoólicas e não alcoólicas, farinhas e massas e descasque de arroz). Outros aspectos poderiam ser apresentados.

E a pergunta é: por que, sendo a agricultura o maior contribuinte para o PIB, para o rendimento de mais de 60% da população, que abastecia grande parte da indústria emergente e que contribuía positivamente para a balança comercial de Moçambique, foi sistematicamente secundarizada (negligenciada) nas opções de desenvolvimento, nas políticas públicas e na criação de ambientes de negócios favorável ao investimento privado e em medidas que melhorassem a vida dos cidadãos (sobretudo dos rurais)? Por que razão os pequenos produtores responsáveis pela quase totalidade da maioria da produção agrícola e pecuária foram sistematicamente secundarizados pelas políticas públicas e de mercados, o que é constatado pelos níveis de assistência técnica (extensão rural), associativismo, crédito, perdas pós colheita, entre outros indicadores

As razões que podem justificar a secundarização da agricultura, que se combinam e reforçam mutuamente, são as seguintes (a ordem não obedece a alguma escala de importância):

- A agricultura é um sector de menor rentabilidade, período mais longo de retorno do capital, maior risco do investimento, o que leva o capital a ir para outros sectores. Os transportes, comércio e outros serviços são o contrário, beneficiando, portanto, de maiores facilidades para a obtenção de financiamento.
- O mercado de produtos agrários é predominantemente constituído por bens de “consumo de massa”, indiferenciados e de demanda de consumidores de renda baixa, de pouco valor acrescentado, sendo, por isso, pouco incentivador para os produtores e os investidores das cadeias de valor. A indústria alimentar e de construção e o imobiliário têm demandas em crescimento de pessoas com rendimento médio e médio-alto.
- Existem muitos interesses económicos externos associados à indústria alimentar, por um lado, para a realização da primeira transformação de modo a permitir/facilitar as exportações e, por outro lado, para preparar (empacotar) bens alimentares importados a granel ou já enlatados. Estes interesses manifestam-se por pressões para benefícios dos agentes económicos importadores e exportadores, por via das tarifas alfandegárias, pouca transparência na atribuição de quotas, persistência de monopólios ao longo das cadeias de valor, etc. Estes factos dificultam o investimento na agricultura e nas cadeias de valor e o crescimento da produtividade.

comparação com 37% da população urbana (MEF, 2016). Relativamente à situação nutricional, verifica-se que cerca de 43% das crianças com idade inferior a 5 anos sofre de desnutrição crónica, sendo esta maior nas zonas rurais. Em Carrilho, J. *et al.* (2016) *Food Security and Nutrition Challenges in Mozambique*. Maputo: Observatório do Meio Rural (OMR).

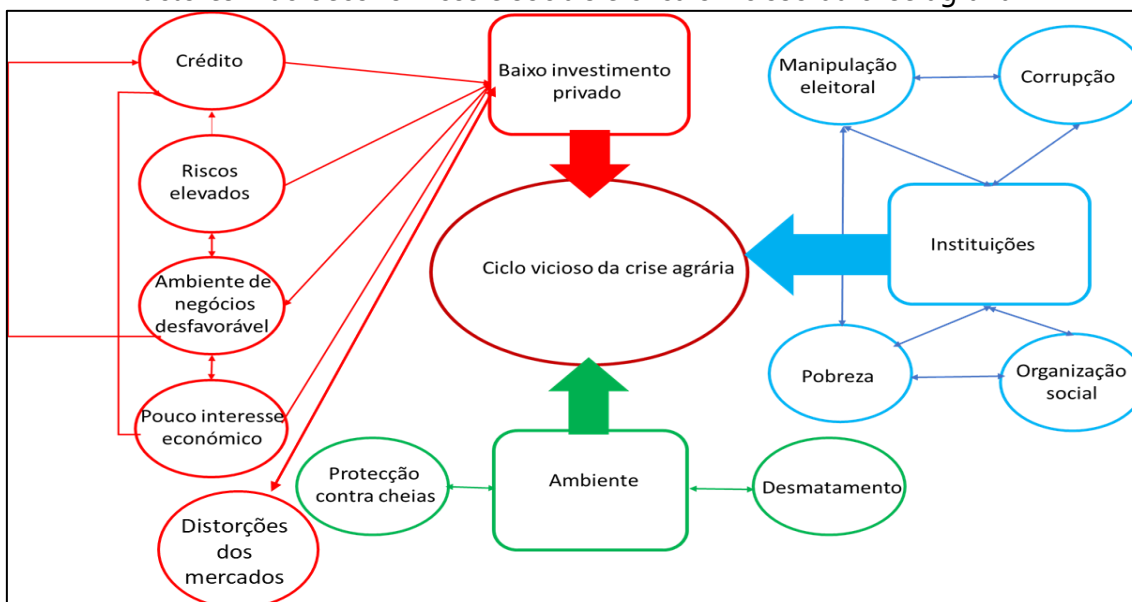
- A agricultura enquadra-se no meio rural onde o acesso aos serviços, aos cidadãos e às empresas são desfavorecidos em relação ao meio urbano, as estradas secundárias e terciárias que articulam o território estão em mau estado e o tecido económico mais directamente relacionado com a agricultura (agro-processamento, comércio, transportes, manutenção de infraestruturas) é realizado por empresas com sedes e interesses nos centros urbanos ou no exterior, transferindo a acumulação gerada, pauperizando especialmente os pequenos produtores através das estruturas dos mercados associados aos preços, dos salários baixos e das relações de troca desfavoráveis para os bens agrícolas.
- Os baixos resultados produtivos provenientes da agricultura e as poucas oportunidades de emprego e de pequenos negócios no meio rural, que constituem a base da pobreza, facilita que, nos momentos das campanhas eleitorais, o custo de oportunidade do voto seja muito baixo, isto é, manipula-se o voto com métodos baratos.
- Os habitantes do meio rural, embora representando quase 70% do total da população moçambicana, não constituem grupos sociais politicamente importantes no sistema de alianças do poder, por vários motivos (vivem em grande medida em habitats dispersos ou semi-dispersos, com pouca informação e conhecimento das realidades do país), o que dificulta a organização de movimentos reivindicativos, excepto em questões locais e que atingem directamente a vida das pessoas (ocupação de terras e reassentamentos); salienta-se ainda que muitas das elites representativas das comunidades (“líderes locais”) actuam em alianças com interesses externos às comunidades; contrariamente, nas cidades, já se revelaram reivindicações através de manifestações e tumultos, sobretudo quando existem mudanças de preços de bens e serviços que afectem o nível de vida dos urbanos e de promessas não cumpridas.
- As questões ambientais, mesmo as que possuem efeitos a curto prazo (desmatamento, ciclones, assoreamento de cursos de água, cheias, perda de qualidade dos solos, protecção da costa, contaminação dos solo, água e ar), ainda não mereceram uma atenção suficiente e constituem, também, algumas das razões da instabilidade produtiva, de rendimentos e da sociedade, exacerbando os já existentes problemas do sector da agricultura e das dificuldades do campesinato.

A figura abaixo procura sintetizar de forma esquemática e, portanto, simplificada, das razões e suas interligações, da secundarização da agricultura acima referida e a geração do que se pode designar como o círculo vicioso da crise agrária.

O autor classificou os factores do círculo vicioso da crise agrária em três domínios macro económicos e sociais, a saber: (1) o sector privado e as dificuldades de investimento na produção primária, agroindústria e ao longo das cadeias de valor (parte esquerda da figura com contornos das formas a vermelho); (2) políticas públicas adversas, contraditórias e erráticas em relação à agricultura, com incidência sobre os pequenos produtores; (3) as instituições, cujo conceito compreende os factores que dificultam a produção e o ambiente produtivo (corrupção e falta de transparência, organização social

a nível local, manipulação eleitoral que traduz a baixa formação e informação e a pobreza segundo o conceito de pobreza relativa e multidimensional; e, (4) o ambiente, sobretudo os eventos climáticos que causam elevados prejuízos e custos sociais a curto prazo (sem referir os aspectos globais e de longo prazo).

Figura 1
Factores macroeconómicos e sociais e círculo vicioso da crise agrária



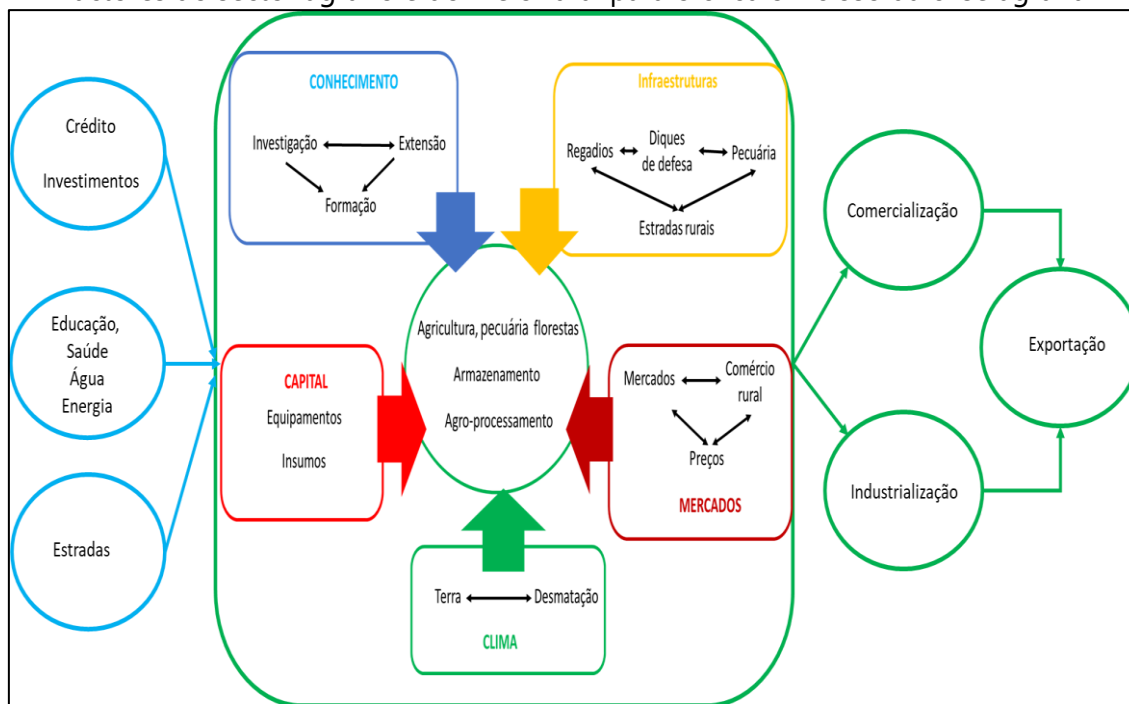
Fonte: elaboração do autor.

A figura 2 apresenta os principais factores do círculo vicioso intrínsecos ao sector agrário e ao meio rural. Ressaltaram-se os considerados internos ao sector agrário: conhecimento, capital, infra-estruturas, ambiente e mercados. No âmbito do meio rural, fez-se sobressair o investimento e o crédito, os serviços aos cidadãos, e destacaram-se as estradas (vias de comunicação). Os *outputs* da produção destinam-se à comercialização (incluindo o consumo final), a industrialização dos bens (consumo intermédio e exportação dos bens primários ou com alguma industrialização).

Analisando a situação da agricultura, pode-se afirmar: (1) Moçambique dedica poucos recursos ao conhecimento, seja pela investigação, extensão e formação, como ainda pelo acesso ao ensino geral e desigualdades comparativamente com o meio rural; (2) a utilização de capital e insumos é baixa sendo dominante as tecnologias intensivas em trabalho; (3) as infra-estruturas estão deficientemente conservadas, o que dificulta a mobilidade de mercadorias e pessoas, e expõe a vida e a produção a grande vulnerabilidade climática; (4) a terra tem sido sujeita a uma utilização mais intensiva devido ao aumento da população, mas com sistemas de produção intensivos em trabalho e com consequências sobre a fertilidade dos solos; (5) a desmatação possui efeitos sobre o clima e na fertilidade dos solos, e a floresta constitui uma das fontes de rendimento das população no âmbito dos sistemas agroflorestais; e, (6) o comércio rural é maioritariamente realizado por comerciantes sazonais, ou por venda directa no âmbito

dos sistemas contratação com empresas especializadas e integrantes em cadeias produtivas maioritariamente relacionadas com o exterior, ou como matéria-prima.

Esquema 2
Factores do sector agrário e do meio rural para o círculo vicioso da crise agrária



Fonte: elaboração do autor.

Pode-se observar que os factores que geram a crise da agricultura e do desenvolvimento rural são diversos a vários níveis económicos e sociais, que se relacionam, reforçando-se mutuamente, e reproduzindo a crise. A influência dos factores variam no tempo e no espaço, conforme as realidades. Considerando estes aspectos, a profundidade da crise e os seus mecanismos de reprodução não se pode pensar numa saída a curto prazo. A saída da crise exige que se conheçam, com a maior aproximação possível, quais os determinantes e os coeficientes que mais influenciam o alcance dos objectivos em prazos diferenciados. A longo prazo, a saída da crise implica a transformação estrutural do sector agrário, do meio rural e do conjunto da economia⁵.

⁵ Mosca, João (2021). IAI 2020: *O sector agrário necessita profundas reformas estruturais de longo prazo - 1º ensaio*. Destaque Rural Nº 140. OMR. Maputo. Este texto faz uma primeira abordagem à necessidade dessa transformação estrutural. <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/dr-140/>

E-mail: office@omrmz.org

Endereço: Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.

Maputo – Moçambique

www.omrmz.org